

Síndrome Alfonsín

JOSÉ SARNEY



Os que estão desejosos de tumultuar o processo sucessório não se cansam de levantar, a todo instante, o fantasma do revanchismo. Não bastam os pronunciamentos de Tancredo Neves e da Aliança Democrática de ser essa uma hipótese absurda, inconcebível e intolerável. O que o País deseja é a paz, na qual possa reencontrar a convivência política, sem essa separação entre o bem e o mal, esse maniqueísmo entre os que estão destinados a serem os salvadores da pátria e os que nasceram para destruí-la. Esse primarismo não pode continuar. Nem a casa pode prosseguir dividida porque, como ensina a Velha Escritura, "todo reino dividido contra si mesmo ficará deserto e toda cidade ou casa dividida contra si mesma não subsiste". A força irresistível da candidatura Tancredo é o fascínio da união, da conciliação, da transição, sem traumas, de um reencontro sem retaliações nem rupturas, de mudanças.

Para melhor confundir, invocam o nome de Alfonsín e o que está ocorrendo na Argentina. Erram no exemplo, quando buscam criar uma síndrome do temor, a hipótese da **vendetta**. A política argentina é totalmente diferente da nossa. Em nada o processo brasileiro tem qualquer conotação com o que ocorreu na Argentina e fazer essa comparação é, no fundo, ofender as Forças Armadas brasileiras, em particular, o nosso Exército.

Na Argentina, as Forças Armadas participaram de uma guerra e perderam. Sua preparação, desempenho de operação, baixa avaliação das conseqüências de decisões transformaram a Operação Malvinas numa aventura trágica para o

prestígio dos militares argentinos que os colocou numa posição de derrota. Ali, julga-se o comportamento dessa guerra, questionam-se as vidas perdidas por iniciativas erradas ou despreparo profissional, enfim, é um julgamento interno das próprias Forças Armadas, através dos seus códigos de competência e a honra militar.

Aqui, o nosso Exército é vitorioso, tem um índice de adestramento e profissionalização que jamais o fez ser questionado quanto à capacidade de seus efetivos, o comportamento de seus integrantes ou a sua posição moral em face do desempenho de suas tarefas.

A destinação histórica de nossas Forças Armadas sempre foi a de manter as instituições republicanas, assegurar a soberania nacional. O recrutamento de seus oficiais e soldados se faz dentro do povo, sem discriminação. Por outro lado, sempre se mantiveram ao longo da história afastadas e "fora — como diz Lourival de Moura em seu livro clássico **As Forças Armadas e o Destino Histórico do Brasil** — dos meandros da política partidária".

Na Argentina, as Forças Armadas foram envolvidas naquilo que chamaram de guerra suja, em que as instituições foram descaracterizadas em tão grande número de atrocidades, brutalidades e atos deploráveis que comprometeram não só grupos e pessoas, mas as instituições militares naquilo que elas têm de mais nobre e mais digno.

No Brasil, nada disso aconteceu. A Revolução foi feita em nome dos valores democráticos e nunca as Forças Armadas se levantaram por cesarismo ou caudi-

lismo, de modo a tomarem o poder e dele se apossarem. Se existiram alguns excessos, estes se realizaram por pessoas e bolsões agindo por conta própria, facilmente identificáveis e jamais, em nenhum instante, comprometeram o valor, a dignidade, a altivez, a instituição e a destinação histórica das Forças Armadas, sempre baseadas na disciplina e dentro do prescrito nos documentos básicos que tratam da questão, como a Doutrina do ESG, que afirma: "A instituição militar é eminentemente nacional e apartidária, dependente das instituições políticas, com subordinação funcional, não pessoal, ao Chefe do Estado".

Por outro lado, não há por que fazer-se comparação ou levantar-se qualquer confrontação entre o governo civil e o setor militar. Os que assim estão procedendo nada mais fazem do que tentar ofender, isto sim, as nossas Forças Armadas. Aqui elas nada têm a dever à Nação. Ao contrário, somos devedores de sua posição democrática, ao lado da abertura política, fiadora desta, como da anistia, e a serviço da

grande causa nacional, ou seja, a democracia.

Aqueles que estão desejosos em vincular as Forças Armadas ao processo político-partidário prestam um grande desserviço à instituição. Estas não podem ter vinculação política, nem se colocam a serviço de partidos ou facções. Essa é a lição de Caxias que, político e militar, sempre defendeu essa orientação. E, mais que isso, defendeu, ainda, que o Exército não se diminuísse em operações reservadas à polícia. Assim é a afirmativa de que "não podia ser capitão-de-mato a perseguir ou capturar pretos fugidos" como desejavam alguns, quando da nobre luta pela abolição da escravatura.

Cuidado, portanto, devemos ter, não com os acontecimentos do governo Alfonsín, pois Brasil e Argentina são realidades políticas diferentes. As expressões do Poder Nacional — em seu caráter político, econômico, psicossocial e militar — são totalmente diversas. Nossos cuidados devem se deter é naqueles que, a serviço da desestabilização, denigrem a imagem das Forças Armadas — Marinha, Exército e Aeronáutica — admitindo-as passíveis de qualquer julgamento. Elas não o são, por serem forças vitoriosas, respeitadas pela Nação, às quais é devedora pelo tanto de positivo que fizeram e fazem pelo País.

Pretender-se, portanto, a associação entre a Argentina e Brasil é, no fundo, uma mistificação política a serviço de uma candidatura e de uma pugna partidária que jamais, em qualquer época, deixou de ser uma conduta repudiada pelos que abraçaram a carreira das armas.

José Sarney é senador e candidato a vice-presidente da República pelo PMDB